



Araçariguama, 24 de Outubro de 2022.

Ofício nº 139/2022 - GP

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, solicitar os bons préstimos à Vossa Excelência, apresentar para apreciação e votação do seguinte Projeto de Lei;

- **PROJETO DE LEI Nº 022 DE 24 DE OUTUBRO DE 2022**, que Institui o Programa Municipal de Equoterapia como opção terapêutica de saúde pública, para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida e/ou necessidades específicas no âmbito do Município de Araçariguama, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
PAULO HENRIQUE SANCHES VOLCOV
DD. Presidente da Câmara Municipal de Araçariguama.



Araçariguama, 24 de outubro de 2022.

MENSAGEM Nº 330/2022

PROJETO DE LEI Nº 022/2022

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Equoterapia como opção terapêutica de saúde pública, para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida e/ou necessidades específicas no âmbito do Município de Araçariguama, e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo propor a criação do Programa Municipal de Equoterapia em nosso município, a fim de trazer a referida atividade como recurso terapêutico no tratamento voltado para o desenvolvimento de pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida e/ou necessidades específicas.

O Tratamento supracitado é um recurso que possibilita o desenvolvimento global, o ajustamento pessoal e a independência, proporcionando aos pacientes, uma facilitação na aquisição de melhorias físicas, emocionais, sociais e educacionais, elevando em igualdade de condições com os demais cidadãos, trazendo a interação e inclusão das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida e/ou necessidades específicas a sociedade. A meta terapêutica é chegar ao máximo de desenvolvimento das funções do praticante. A terapia funcional motora da Equoterapia é desenvolver no praticante, capacidades funcionais que permitam sua independência nas atividades de vida diária. A Equoterapia é indicada para o tratamento dos mais diversos tipos de comprometimentos como: paralisia cerebral; problemas neurológicos; ortopédicos; posturais; Síndrome de Down; distúrbios de comportamento; autismo; esquizofrenia; psicoses; deficiência visual; deficiência auditiva; distúrbio de atenção, percepção, fala e linguagem; hiperatividade; pessoas que tenham problemas de posturas, insônia, stress; etc.

Destaque-se que o tratamento é normatizado pela Associação Nacional de Equoterapia, cuja sigla oficial é ANDE-Brasil, uma entidade assistencial sem fins lucrativos. O método de Equoterapia é reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO). Nota-se que as atividades exercidas pelos pacientes têm apresentado melhoras tanto no organismo, quanto a psique humana, contribuindo para o desenvolvimento da força e



tônus musculares, flexibilidade, relaxamento, conscientização do próprio corpo e aperfeiçoamento da coordenação motora e do equilíbrio, sendo estes grandes benefícios físicos, psicológicos, educacionais aos pacientes.

Atualmente, esse tratamento tem sido muito prescrito pelos médicos, devido à melhora rápida do quadro de saúde dos pacientes, e esse investimento pelo Executivo para que as famílias em geral do nosso Município, que não dispõem de condições para pagar o tratamento, sejam contempladas e façam gratuitamente a Equoterapia e desenvolvam a saúde física e mental por meio dessa atividade, melhorando a qualidade de vida dos mesmos.

Ante o exposto, considerando que se trata de medida política-administrativa de interesse público, tenho a grata satisfação de levar ao conhecimento de Vossas Excelências este importante Projeto de Lei para avaliação, discussão e aprovação por essa Egrégia Casa de Leis.

Nesta oportunidade renovo a V. Exa. e aos seus ilustres pares, votos de estima e consideração.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito do Município

Ao Excelentíssimo Senhor
PAULO HENRIQUE SANCHES VOLCOV
DD. Presidente da Câmara de Araçariguama/SP



PROJETO DE LEI Nº 022, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

Institui o Programa Municipal de Equoterapia como opção terapêutica de saúde pública, para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida e/ou necessidades específicas no âmbito do Município de Araçariгуama, e dá outras providências.

RODRIGO DE ANDRADE, Prefeito do Município de Araçariгуama, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Araçariгуama o Programa Municipal de Equoterapia como opção terapêutica de saúde pública, para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida e/ou necessidades específicas, buscando o desenvolvimento físico e psíquico, facilitando a habilitação e reabilitação e ainda permitindo a inclusão social.

§ 1º A Equoterapia é o método terapêutico de reabilitação que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, proporcionando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência e/ou com necessidades especiais e também dos portadores de autismo.

§ 2º A Equoterapia é empregada para o tratamento de lesões neuro motoras de origem encefálica ou medular; patologias ortopédicas congênitas ou adquiridas; disfunções sensoriais motoras; distúrbios evolutivos, comportamentais, de aprendizagem e emocionais.

Art. 2º O Programa visa atender nos parâmetros:

- I. educacional para pessoas com necessidades educacionais especiais;
- II. saúde adequada às pessoas autistas, com deficiência intelectual e múltipla com mobilidade reduzida, nas áreas de habilitação e reabilitação.



Art. 3º A participação no Programa Municipal de Equoterapia é garantida aos portadores de deficiência e/ou com mobilidade reduzida e/ou necessidades específicas, e deverá ser solicitada através de avaliação médica especializada, fisioterápica e psicológica.

Parágrafo único. São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 4º Fica condicionado para a participação no Programa Municipal de Equoterapia, o cumprimento dos seguintes requisitos de forma cumulativo:

- I. parecer favorável em avaliação médica, psicológica e fisioterápica;
- II. vulnerabilidade social, atestada por Assistente Social da Prefeitura do Município de Araçariguama;
- III. comprovação de residência no Município de Araçariguama.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênio e/ou parceria e/ou contratos respectivamente com instituições públicas, entidades, associações e empresas privadas, visando à implantação ou ampliação do Programa Municipal de Equoterapia.

Art. 6º O Programa de Equoterapia será coordenado por órgão a ser indicado pelo Poder Executivo.

Art. 7º As atividades dos centros de Equoterapia deverão ser vistoriadas regularmente pela vigilância sanitária e os animais devem passar por inspeções veterinárias regularmente.

Art. 8º A prática de Equoterapia será orientada na observância das condições:

- I. equipe multiprofissional, constituída, no mínimo, por médico especializado, médico-veterinário, psicólogo, fisioterapeuta e um profissional de equitação, podendo, de acordo com o objetivo do programa de Equoterapia, ser integrada por outros profissionais, como pedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e professor de educação física;
- II. programas individualizados, em conformidade com as necessidades e potencialidades do paciente;



- III. acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo paciente, com o registro periódico, sistemático e individualizado das informações em prontuário;
- IV. garantia de atendimento médico de urgência ou de remoção para serviço de saúde, em caso de necessidade.

Art. 9º As despesas decorrentes da implementação desta lei ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Araçariguama, 24 de outubro de 2022.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito do Município